

DIÁLOGOS PERTINENTES ENTRE BNCC E O ENEM NA PROVA DE REDAÇÃO

Antônio M. da Silva Jr. (UEL)

Fábio Rodrigues Amorim (UEL)

RESUMO: No presente artigo nos propomos a buscar um diálogo entre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), com foco na prova de redação. Para tal, objetivamos uma pesquisa com abordagem qualitativa, analisando os documentos que guiam os objetos analisados e compreendendo suas mudanças no decorrer da sua (breve) história. Em um primeiro momento, pretendemos apresentar o histórico dos documentos oficiais para melhor compreensão de suas estruturas. Em um segundo momento, iremos nos debruçar sobre os diálogos pertinentes ao objeto analisado: a prova de redação do ENEM, ou seja, o que a BNCC garante ou exige em relação a competências e habilidades necessárias para a formulação de uma boa redação. Por último, intencionamos explicar a respeito de nossa experiência em sala de aula de aula com a disciplina de Estágio Curricular no Ensino Médio: Orientação e Prática (2EST104), desenvolvido sob a orientação da prof^a Dr^a Claudia Lopes Nascimento Saito, abordando nossa prática na aplicabilidade dos conceitos examinados nos documentos oficiais estudados.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; ENEM; prova de redação.

1 Introdução

O presente artigo busca, por meio de um estudo bibliográfico, debater algumas questões concernentes à prova do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, relativas à redação como instrumento de avaliação discursiva. Muito se tem discutido, nos últimos anos, o modelo adotado pelo Ministério da Educação – MEC para aferir a qualidade e/ou o sucesso da aprendizagem dos alunos egressos do ciclo básico do sistema educacional público brasileiro. Muitos problemas se fazem perceptíveis dada a abrangência de ampla escala do território nacional e do número anual de candidatos que ultrapassa os 4 milhões de inscritos anualmente. A página oficial do exame, no *site* do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, informa que:

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior.

As notas do Enem podem ser usadas para acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Elas também são aceitas em mais de 50 instituições de educação superior portuguesas. Além disso, os participantes do Enem podem pleitear

financiamento estudantil em programas do governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os resultados do Enem possibilitam, ainda, o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais. (BRASIL, s/d)

Nesse sentido, a prova passa por uma série de transformações ao longo dos seus 25 anos de existência, deixando de propor ao estudante/candidato que redija um texto dissertativo “[...] no qual você exponha suas ideias de forma clara, coerente e em conformidade com a norma culta da língua, sem se remeter a nenhuma expressão do texto motivador [...]” (ENEM 1998), até assumir, em 2009, o formato atual, no qual o candidato deve redigir um texto dissertativo-argumentativo em até trinta linhas, propondo uma ação social relacionada à problemática central e respeitando os direitos humanos nessa proposta.

A reformulação do exame, durante o segundo governo Lula, visou atender as demandas do Programa Universidade para Todos, instituído pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, o Sistema de Seleção Unificada – SISU, instituído pela Portaria Normativa nº 02 de 26 de janeiro de 2010, além do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso através da Lei 10.260 de 12 de julho de 2001. O Exame Nacional do Ensino Médio surge como concurso agregador desses programas sociais de acesso ao Ensino Superior Público e/ou obtenção de financiamentos para estudantes de IES privadas, constituindo-se como uma prova que vai além de sua função inicial de instrumento avaliativo de alunos e instituições de ensino básico.

Por esse viés, podemos argumentar que, mesmo o exame tendo sido via de acesso para milhões de estudantes ao ensino superior, ele ainda se mostra uma prova excludente. Nossa hipótese é, portanto, a de que a prova de redação se constitui como um instrumento defasado para a aferição dos conhecimentos linguísticos, bem como da capacidade argumentativa dos estudantes brasileiros, em especial dos estudantes pertencentes à realidade educacional do Estado do Paraná, em que a crescente automação do ensino público, com a instituição de plataformas de redação pautadas em mecanismos de autocorreção por Inteligência Artificial pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná – SEED afasta a produção textual escrita da realidade (letrada) dos usos sociais do discurso. Para isso, pretendemos expor, brevemente, dois casos contextuais sobre os problemas da redação como instrumento falho de avaliação, tendo dois colégios estaduais, um de Londrina e outro, de Rolândia, como *locus* de observação de diferentes formas de se abordar esse problema em escolas públicas do Norte do Paraná.

2 A BNCC e o Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular é um documento norteador criado a fim de reger os rumos da educação de base no país, partindo de uma proposta unificadora e niveladora do sistema educacional brasileiro. Enquanto proposta norteadora, a BNCC, guiada por 10 competências essenciais que se interrelacionam durante as três fases da educação básica – anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio –, aborda o desenvolvimento intelectual, social e humano dos alunos em cada fase, como podemos ver em:

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que “a educação deve afirmar valores estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” [...] (BRASIL, s/d. p. 10).

O mesmo documento irá definir competências como:

[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, s/d p. 8).

Podemos perceber, portanto, uma preocupação da equipe que desenvolveu o documento, junto a setores diversos da sociedade, em tornar o conhecimento algo universalizado através de um diálogo entre o ambiente escolar e o meio onde esses jovens estudantes estão se desenvolvendo, focando no desenvolvimento de uma sociedade mais justa, impactada diretamente pelo envolvimento do ambiente escolar no desenvolvimento dos valores humanos. Apesar das diversas críticas ao documento, tecidas por profissionais das mais diversas áreas, os envolvidos na elaboração destas dez competências básicas visam um modelo de educação moderno, cujo foco está na autonomia do estudante e no desenvolvimento de habilidades que possibilita a ele colocar em prática os conhecimentos adquiridos no decorrer de sua vida escolar. Essas habilidades são definidas no documento como “habilidades que expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (BRASIL, s/d. p. 29). Assim, as habilidades são os meios pelos quais os alunos irão atingir os objetivos de aprendizagem, buscando um amálgama com o desenvolvimento das competências. Em suma, essas competências

representam um conjunto específico de habilidades adquiridas e desenvolvidas pelo estudante nas três etapas da vida escolar.

O Ensino Médio é a última etapa do ensino básico, e nele iremos mirar nossos esforços para compreender alguns caminhos traçados no documento institucional aqui analisado. A BNCC aponta diversas preocupações em relação a essa fase do desenvolvimento escolar, apontando fatos como:

[...] a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Entre os fatores que explicam esse cenário, destacam-se o desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização curricular do Ensino Médio vigente, com excesso de componentes curriculares, e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, outros grandes desafios do Ensino Médio na atualidade são garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas aspirações presentes e futuras. (BRASIL, 2018, p. 461)

Nesse ponto podemos perceber que, apesar de um discurso que aborda temas como a autonomia do aluno, a grande preocupação do documento reside na mudança nas relações de trabalho e na preparação que esse jovem terá para o mercado de trabalho. Nesse aspecto, é possível perceber um encaminhamento da educação que, ao invés de libertadora, se mostra de tecnicista, neoliberal, priorizando uma ética trabalhista voltada para os aspectos de manutenção do *status quo* do regime capitalista. Fato é que a palavra “redação” não aparece sequer uma vez no texto, na parte referente ao Ensino Médio, mesmo quando temos um componente curricular chamado “Redação e Leitura”, no estado do Paraná. Na região citada, temos um forte avanço de medidas que tornam o ambiente educacional cada vez mais tecnicista: o desenvolvimento de plataformas *online* de redação. Tais tecnologias apresentam pouca aceitação entre os jovens e sua proposta pouco leva em consideração a capacidade criativa dos alunos, submetendo seus textos à correção *online* via inteligência artificial.

No contexto sócio-histórico pós-BNCC, no qual a implementação do chamado Novo Ensino Médio surge como principal impacto das propostas do documento na vida escolar, a diminuição da carga horária da disciplina de Língua Portuguesa para alunos do ensino médio levanta preocupações por parte de profissionais, pais e estudantes. Avaliações retroativas, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio, que obedecem à lógica de uma dupla

funcionalidade – como porta de acesso ao ensino superior e objeto de avaliação dos estudantes e da escola – como já demonstramos, podem tornar-se um objeto ainda mais excludente com as mudanças implementadas com a reforma proposta pela BNCC e a crescente abordagem tecnicista do ensino de Língua Portuguesa e produção textual.

Por este viés, podemos considerar a crescente informatização do ensino de Língua Portuguesa no Paraná, considerando os dados oficiais do Exame Nacional do Ensino Médio: segundo o relatório de 2017, somente no Estado do Paraná, foram 287.271 inscritos, dos quais 54.265 declararam não possuir acesso à internet em casa, ou ainda os 77.620 estudantes que declararam não possuir um computador. Avançando para a última edição do exame, cujos dados estão disponíveis no portal do Instituto Anísio Teixeira, 2021, vejamos: para a edição de 2021, o relatório disponível nos possibilita a análise dos dados com a média geral dos estudantes por região e por área do conhecimento; nesse sentido, em vez de focar em dados socioeconômicos, como no caso anterior, podemos avaliar números concretos referentes à redação de alunos paranaenses. Nesse caso, em 2021, o estado do Paraná contou com 99.335 inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio, cuja média geral ficou na casa dos 622,00 pontos na redação. Esses números nos levam a considerar a efetividade da proposta governamental de automatizar o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o acesso a computadores e à internet, por parte dos alunos, é limitado quando nos referimos ao contexto doméstico, uma vez que a inclusão digital plena ainda é uma realidade distante no Brasil.

Considerando o contexto paranaense, com o início do lockdown e a implementação do Ensino Remoto Emergencial, ERE, em 2020, tivemos implementação de uma série de ferramentas pedagógicas desenvolvidas e tornadas mandatórias pelo governo do estado do Paraná, tais como as plataformas Inglês Paraná, Matific e Redação Paraná. Em 22 de junho de 2021, conforme o Decreto nº 7.943, publicado no Diário Oficial do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, governador do estado, deliberou sobre as medidas referentes ao uso do portal, como ferramenta emergencial, sobre a qual dispôs como segue:

ART 2, § 1, II - assegurar o uso da ferramenta "Redação Paraná" na instituição que possua laboratório de informática, sendo que cada estudante deverá realizar no mínimo 3 (três) redações por trimestre ou de acordo com as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED, devidamente corrigidas pelos seus professores, na plataforma.

Consideremos os fatos mostrados pelos dados do ENEM de 2017, que, diga-se de passagem, pouco mudaram. A inserção dessas plataformas, consiste, sim, em um avanço para uma educação mais tecnológica, uma vez que o público-alvo do trabalho docente já é constituído, em sua maioria, por nativos da era digital. Porém, ainda que tenha havido um avanço mínimo em direção à integração das novas tecnologias da informação, podemos argumentar que a implementação de tais ferramentas, e seu uso com caráter impositivo, acarreta efeitos contraproducentes para o ensino de redação, ou produção textual, nas escolas paranaenses.

O modelo tecnicista implementado no Estado do Paraná, visa a uma perspectiva mercadológica do ensino, alinhada à proposta da BNCC. Nesse sentido, o uso da inteligência artificial como mecanismo de correção, ou a obrigatoriedade de um número determinado de redações a serem entregues, consome a carga horária de Língua Portuguesa, privando esses estudantes de conteúdos essenciais não apenas para a realização de exames vestibulares, ou de avaliações retroativas, tais como o ENEM, mas também para o seu próprio processo cognitivo, levando a uma defasagem cada vez mais considerável no ensino público paranaense.

Considerando a BNCC e as práticas de linguagem previstas no documento, para a área de Linguagens e suas tecnologias, a saber:

Os eixos de integração propostos para o Ensino Médio são as práticas de linguagem consideradas no Ensino Fundamental – leitura, produção de textos, oralidade (escuta e produção oral) e análise linguística/semiótica. (BRASIL, 2018.)

Podemos perceber que há um alinhamento adequado do documento e seus eixos temáticos com a prova de redação do Enem. Analisando os temas da avaliação desde 2009, ano da reformulação do exame, percebemos que os temas propostos sempre primaram por questões sociais atuais e relevantes no cenário nacional (e, porque não, mundial?), fazendo com que o candidato articule estratégias de leitura e análise linguística/semiótica para a sua produção textual. No entanto, o documento norteador ainda prevê a oralidade como um dos eixos de integração propostos para essa etapa do Ensino, nesse sentido, tanto o Exame, quanto a própria prática escolar carecem de um trabalho adequado, pois é necessário pensar caminhos que possibilitem a integração também deste eixo nas competências linguísticas avaliadas.

É importante, ainda, falar sobre questões relativas ao modelo fixo de redação proposto pelo Exame, transformando este em gênero discursivo:

O que faz a redação do ENEM se configurar como um gênero textual não é apenas a evidência de que estamos tratando de uma possibilidade de se considerar a língua em uso para fins que atendam a determinada demanda social, que, no caso do ENEM, podem ser ingresso em uma universidade ou a conclusão do ensino médio, por exemplo. Estamos lidando com um tipo de texto que solicita ao enunciador uma apreciação crítica, uma opinião e uma proposta de solução para um problema social [...] (MORATO; PRADO, 2016, p. 216)

Uma vez que um gênero discursivo não é um produto finalizado e carrega em sua estrutura interna outras estruturas de gêneros diversos, podemos afirmar que a redação do ENEM é um novo gênero em formação, pois, anualmente, a proposta muda apenas o problema abordado, propondo uma frase-tema que norteará a produção textual do candidato. Por este viés, a prova de redação como instrumento de avaliação retroativa se faz ineficaz, uma vez que anualmente coloca o candidato frente a um texto dissertativo-argumentativo em prosa com proposta de intervenção social coerente com a realidade. Essa fixidez do modelo de produção faz com que os candidatos se mobilizem em decorar macetes, fórmulas, para a realização de uma redação considerada adequada aos olhos dos corretores, em vez de acionar e articular conhecimentos adquiridos durante o período de escolarização. Vale ainda ressaltar que é necessária uma reformulação do exame nesse sentido, adotando e inserindo novos gêneros textuais para, dessa forma, propor novos desafios aos candidatos, bem como avaliar mais profundamente as competências, habilidades e conhecimentos linguísticos textuais adquiridos durante o ensino médio e a fase escolar como um todo.

Nos parágrafos que se seguem, falaremos brevemente sobre a realidade escolar observada nos colégios públicos no norte do Paraná onde se deu a experiência de estágio curricular obrigatório, referente à disciplina 2EST104 de prática docente voltada para o Ensino Médio.

3 Estudo de Casos - múltiplas realidades

Localizado na região central de Londrina, no Paraná, o colégio A, com mais de 80 anos de existência, conta com ampla estrutura. Foi o primeiro colégio público do município e

é hoje uma instituição de prestígio por ter abrigado cursos da Universidade Estadual de Londrina, quando esta estava iniciando suas atividades durante a década de 1950, ou mesmo servindo como primeira instalação para o Museu Histórico Carlos Weiss, durante os anos 1970, quando este funcionou nos porões da escola. Tendo sido, ainda, palco de importantes eventos e sediado instituições tão importantes para Londrina, o colégio não poderia deixar de ser celebrado como um dos principais colégios públicos da cidade. Hoje possui mais de 1500 matrículas ativas, distribuídas em 80 turmas de Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Profissionalizante, que se organizam nos três turnos letivos. Estes dados foram obtidos por meio das páginas oficiais da Secretaria de Educação e se encontram disponíveis para consulta pública.

As atividades de estágio curricular obrigatório desenvolvidas nesse colégio, durante os meses de abril e maio de 2023, revelaram uma profunda preocupação dos professores e alunos em relação ao Enem. Dados obtidos pela página desse Exame, referentes ao ano de 2019, mostram o colégio como o trigésimo segundo colocado no *ranking* (municipal), com média de 510.01 pontos por aluno. Tendo em vista os dados e os esforços impostos pela Secretária de Educação do Estado do Paraná - SEED, com a imposição do sistema eletrônico *Redação Paraná*, sobre o qual já dissertamos neste artigo, podemos perceber que há um esforço contínuo para melhorar não apenas a média geral dos alunos, mas também para melhorar seu rendimento na prova de redação.

Este esforço contínuo por parte de docentes e discentes, mesmo frente às adversidades enfrentadas pelo atual contexto ao qual a educação pública está sujeita no Estado do Paraná, faz com que os resultados sejam aos poucos colhidos.

O Colégio B é estadual cívico-militar, com Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, e está localizado no município de Rolândia. Trata-se do mais novo colégio público da cidade que faz parte da região metropolitana de Londrina. Inaugurado em 2013, o colégio está situado mais à periferia da cidade e atende moradores dos bairros mais afastados e mais populosos do município. Apesar de jovem, a instituição possui ótima estrutura para atender seus 937 alunos, matriculados em 40 turmas nos períodos matutino e vespertino. Tais dados foram obtidos por meio de pesquisa nas páginas oficiais da SEED. Além das atividades acadêmicas, o colégio atende a comunidade escolar cedendo seu amplo espaço para projetos

diversos, como aulas de capoeira, basquete, horta comunitária, entre outros. Dessa forma, o colégio se destaca como um dos mais importantes e acessíveis da cidade de Rolândia.

As atividades de estágio desenvolvidas nesse colégio foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2023 e revelaram uma grande preocupação e um esforço incansável por parte de professores, direção e equipe pedagógica em relação ao ENEM e a prova de redação, envolvendo os alunos nas mais diversas práticas que os incentivem a uma maior adesão à prova. Dados coletados através da página da internet do Exame Nacional do Ensino Médio, referentes ao ano de 2019, mostram o colégio com média de 442.76 pontos por aluno, algo muito próximo do IDEB do Ensino Médio que está em 4.5 pontos. O resultado se mostra satisfatório diante da questão de estarmos analisando um colégio ainda em formação, com apenas 9 anos de sua inauguração. A prova de redação aponta uma média de 527 pontos. Vislumbrar uma melhora nesses números parece algo distante diante das atuais imposições da Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED, em relação à plataforma digital *Redação Paraná*, uma vez que os alunos produzem textos em meios digitais, contando com prazos intermináveis e desgastantes, com pouco apoio para a realização de tais tarefas fora da escola, já que o acesso aos meios digitais por parte dos alunos foi algo totalmente ignorado ante as imposições das mesmas. Essa prática está muito distante da realidade de produção de um texto do gênero discursivo da redação do ENEM, pois esse gênero é sempre escrito à mão e exige do aluno um amplo conhecimento de questões sociais, algo que as plataformas digitais com seus textos de apoio sequer tentam trabalhar. Esses apontamentos nos mostram que cada vez mais os alunos de escolas públicas estão sendo distanciados de uma possível disputa por vagas no meio acadêmico, cujos métodos de seleção vão de encontro aos métodos trabalhados no ambiente escolar.

Em suma, analisando os dados do colégio B, convergimos à percepção de inúmeros esforços, por parte da comunidade escolar, visando à melhora não apenas da média geral dos alunos no ENEM, mas também para uma maior adesão ao exame e, concomitantemente, à melhora no rendimento na prova de redação.

4 Considerações finais

Considerando a realidade observada nos colégios em que foram realizadas as atividades de estágio, durante os meses de abril e maio de 2023, podemos concluir que há um esforço constante por parte de alunos e docentes para uma melhora nos índices educacionais e de aprovação. No caso da realidade paranaense, podemos dizer que o uso de ferramentas digitais para o ensino de redação é, em parte, um avanço, porém há a necessidade de uma revisão dos modos de uso dessa ferramenta; podemos dizer que sim, há o avanço em questões de letramento digital, e até mesmo no que se refere ao conhecimento estrutural de gêneros textuais diversos como o possibilitado pela plataforma de redação, nossa crítica, no entanto, recai sobre a obrigatoriedade de uso e a constante vigilância sobre o professor da disciplina em relação a sua adesão à plataforma como ferramenta de trabalho. Há, ainda, o sério problema de um distanciamento entre o ensino de redação no Paraná e a proposta de redação seguindo o gênero discursivo presente na prova do ENEM, o que acarreta um contexto de exclusão crescente para candidatos a uma vaga no Ensino Superior no estado do Paraná.

Sobre a redação do ENEM como instrumento de avaliação retroativa, podemos dizer que há pontos a serem melhorados, tal como a necessidade de inserção de elementos que possibilitem a avaliação de competências próprias da oralidade, visto que a Base Nacional Comum Curricular preconiza como uma das competências a serem desenvolvidas no percurso escolar do jovem estudante. No mais, há diálogo entre o documento normativo e os instrumentos institucionais de avaliação, pois são bem alinhados entre si, conseguindo uma avaliação eficaz da qualidade do ensino, bem como das competências adquiridas pelos estudantes.

Por fim, percebemos que há uma necessidade de reformulação do Ensino Médio, tal como ele se apresenta no momento. A reforma, aprovada em 2017 pelo governo Temer e implementada a partir de 2021 pelo governo Bolsonaro, com as alterações colocadas pela BNCC, constitui-se como um gigantesco retrocesso para o sistema educacional brasileiro, bem como para os estudantes, que estão sujeitos à lógica mercantilista do ensino, focado na técnica e não na resolução de problemas ou mesmo no processo humanizador da educação. Nesse sentido, faz-se necessária uma crescente mobilização social para que isto, de fato, ocorra.

Referências:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Brasília, 2018

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Consultado em 05/2023 <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>

PRADO, Daniela de Faria; MORATO, Rodrigo A. A Redação do ENEM como Gênero Textual-Discursivo: uma breve reflexão. Belo Horizonte: Cadernos Cespuc. n. 29, 2016. p. 205 - 219. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/P2358-3231.2016n29p205/11257> Consultado em 05/2023

SERPELONI, Manuela; CARNEIRO, Samara Barbosa. *Concepção Interacionista da Linguagem e o Ensino de Produção Textual: uma análise do portal Redação Paraná*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades Unigranrio. v. 27. n. 53, 2022. p. 73-94. Disponível em <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/7415> consultado em 05/2023